

EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO NA EXTENSÃO: da formação convencional à extensão rural

Área Temática: Formação do Engenheiro

Swasilanne da F. e Silva¹, Lidiane de S. Silva², Farid Eid³

¹ Extensionista Rural I da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PARÁ) e Mestranda do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, Campus de Castanhal, Castanhal-PA – suzi.zootecnista@gmail.com

² Extensionista Rural I da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PARÁ) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do trópico Úmido da Universidade Federal do Pará – UFPA – Belém-PA – lidiagro@hotmail.com.br

³ Professor associado 3 da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus de Abaetetuba, Abaetetuba- PA – farid@ufpa.br

Resumo

O presente trabalho visa ser uma reflexão sobre a formação do Engenheiro agrônomo e sua atuação na extensão rural, na nova realidade das chamadas públicas para atendimento aos assentamentos do INCRA. Entretanto, não se pretende que esta seja uma análise somente no trabalho do engenheiro agrônomo, mas estender-se a todas as profissões que fazem parte do universo da extensão rural atual. Para alcançar tal objetivo se buscará fazer, a partir da análise de clássicos como Chayanov e Paulo Freire, uma aproximação sobre a atuação do Engenheiro agrônomo extensionista, uma leitura do que é a formação na atualidade, e do que na realidade deveria ser esta formação para atendimento ao público denominado assentado de reforma agrária. E por fim, realizar um relato de experiência da atuação da ATER e INCRA e o descompasso nas ações para atendimentos aos beneficiários de reforma agrária. Foi uma pesquisa participante, na qual as pesquisadoras se lançam no entendimento da percepção dos técnicos que irão participar pela primeira vez de uma chamada pública, embora já sejam atuantes na extensão rural, anotando e analisando as impressões desses técnicos e a postura do INCRA frente as demandas por eles levantadas nos encontros, reuniões e treinamentos.

Palavras-chave: Engenheiro Agrônomo; Camponês; Extensão Rural; Assentamentos de Reforma Agrária; INCRA.

1 Introdução

A discussão sobre o campesinato e a agricultura familiar não é nova, autores como Chayanov, Tepich e Abramovay (1925,1998) buscaram entender a lógica produtiva e reprodutiva do campesinato. Para o contexto aqui apresentado, também, é pertinente atentar para a discussão feita por Betanho e Eid, (2008) sobre a crise da realização da mercadoria nos empreendimentos de agricultores familiares da reforma agrária, onde boa parte da produção é escoada via atravessadores, o que reduz o resultado da comercialização dos produtos.

Esses produtos geralmente se constituem matérias primas e produtos in natura com baixo valor agregado, os quais acabam deixando pouco retorno financeiro a estas famílias rurais, sendo esta uma constatação histórica que vem sendo analisada por vários intelectuais da área.

Nessa perspectiva, Abramovay (1992) descreve que Chayanov (1888 a 1937) foi um dos estudiosos sobre a questão do campesinato e a impossibilidade de análise desta categoria com métodos aplicados habitualmente nos estudos econômicos, o que lhe levou a elaboração de uma “teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”.

Chayanov, além de ter sido um crítico de Marx (1928) e de sua previsão apocalíptica sobre o desaparecimento dos camponeses, era ainda um estudioso que em contato com extensionistas rurais do seu tempo e com os problemas que eles enfrentavam formulou sua teoria (1925/1986), e destaca que a função do extensionista agrônomo era tentar melhorar o desempenho econômico camponês, o que Abramovay (1998) descreve:

Nesse sentido, independentemente dos sistemas econômicos no qual se inserissem os camponeses, a missão dos agrônomos que junto a eles trabalhavam consistia em encontrar formas organizacionais que propiciassem a cada unidade individual de produção – ainda que isso envolvesse aspectos importantes de organização cooperativa – melhoria de renda, progresso técnico etc (ABRAMOVAY, 1998, p. 67).

Atualmente em uma parte significativa dos encontros, reuniões, simpósios e conferências para tratar do tema, a maior efetividade da atuação da assistência técnica nos empreendimentos tem sido objeto de reflexões. Entretanto, é preciso considerar que há um reconhecimento que as empresas de assistência técnica e extensão rural, não conseguem avançar para além da produção quando conseguem, pelo menos, desenvolver esta.

Uma hipótese aqui apontada pelas autoras do trabalho é que esta “deficiência” na atuação do extensionista deva está diretamente ligada a sua formação, que é realizada com certo nível de descompasso da realidade de produzir do camponês. Este descompasso possui uma lógica perversa de mercado, que vem priorizando os mais capitalizados em detrimento aos menos capitalizados. Descompasso este que por muito tempo no Brasil foi fortalecidos nos discursos e políticas públicas do Estado Nação brasileiro.

Sobre esse tipo de educação que desconsidera os saberes do educando Paulo Freire denominou de Educação Bancária (FREIRE, 1983), sendo esta resultado de uma formação “bancária”, onde o técnico, em formação, é um mero depositório e repetidor das ideias da academia. No I Encontro Norte, Nordeste e Centro – Oeste sobre formação docente para a educação superior (ENFORSUP, 2008), foi posto que:

...na Educação Superior ocorrem situações no mínimo preocupantes: para alguns docentes, faltam-lhes a articulação entre a teoria e a prática- pois muitos se utilizam de recursos e metodologias didático-pedagógicas sem teoria, por nunca terem vivenciado- salvo na condição de aprendizes. E só lhes resta imitar aquele(s)/aquela(s) que julgaram ser(em) docentes exemplares (ENFORSUP, 2008, p.16).

Sendo assim, pelo menos duas questões tomam caráter emergencial e necessitam ser melhor analisadas: o que esperar dos profissionais formados dentro de academias que continuam disponibilizando ao mercado técnicos formados por docentes, que tiveram sua formação forjada sobre os mesmos princípios de uma educação bancária, sem uma ação reflexiva e crítica de sua atuação em campo? Como podem desenvolver uma postura dialógica, sem promoção de uma invasão cultural, se isso não fez parte de sua formação? E se hoje é esta a realidade tanto no órgão de assistência técnica oficial do estado do Pará como no INCRA, como verificado a partir dos relatos técnicos, limitações que causam danos na condução de um projeto

dialético participante para o público beneficiário do INCRA, quais as proposições para a mudança? Essas serão as perguntas que nortearão a construção deste artigo.

Nesse sentido, para este trabalho se pretendeu uma pesquisa qualitativa, com a metodologia da pesquisa participante, com o emprego da técnica de “observação participante” que nesse caso, ocorreu em todas as fases (reuniões, treinamentos, conversas informais) preparatórias para o início da chamada pública 01/2013 do Lote 04 Belém/Ananindeua, Núcleo operacional Marituba.

Para THIOLENT (2000) a pesquisa participante não necessariamente visa uma ação planejada para a resolução de um problema como a pesquisa-ação que supõe uma ação planejada. Nela os pesquisadores podem se envolver com os sujeitos com a finalidade de serem bem aceitos pelo grupo, ou seja, somente realizam uma “observação participante”.

OLIVEIRA e OLIVEIRA (1984) reforçam que o pesquisador, deve utilizar-se deste tipo de pesquisa como forma de favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação pelo grupo que vivencia este processo. No qual a postura do pesquisador deve ser o de observador crítico e de participante ativo. Para essa pesquisa nos relatos ou transcrição das falas se utilizará nomes fantasias a fim de resguardar a identidade dos técnicos.

2 Os serviços de ATER, EMATER e INCRA

A Extensão Rural no Brasil surgiu em 1948 no estado de Minas Gerais, fundada como Associação de crédito e Assistência Rural (ACARMG). Esta surgiu no Brasil do pós-guerra, como resposta do Estado a uma exigência expansão inicial do capitalismo no campo e foi profundamente marcada pela influência americana (COSTA, 2001).

A necessidade de difundir o paradigma da modernidade da agricultura no Brasil culminou com a criação de um órgão de extensão rural de âmbito nacional, com o objetivo de coordenar a ação dos serviços estaduais de extensão, surgindo então, em junho de 1956 e Associação Brasileira de crédito e Assistência Rural (ABCAR) que legalizada por decreto do Governo Federal serviu de suporte para o surgimento de associações nos demais estados.

A ABCAR e o Sistema Brasileiro de extensão Rural (SIBER) eram formados pelas associações estaduais até 1975. No entanto, a 14 de

fevereiro de 1975, através de decreto federal nº 75.373, foi criada a empresa brasileira de assistência técnica e extensão rural (EMBRATER), sucessora da ABCAR, ocorrendo sua instalação oficial a 29 de abril do mesmo ano (CAPORAL, 1991).

Segundo Caporal (1991) logo surgiram as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural (EMATER), como fruto de uma exigência legal do Governo Federal, não deixando escolhas às unidades da federação que desejassem receber apoio financeiro e técnico da nova empresa-mãe, o que caracterizou a existência de mecanismos estaduais no cumprimento das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Coube à EMBRATER, como uma de suas tarefas iniciais, um assessoramento aos governos estaduais com o objetivo de desativar as antigas associações de crédito e assistência rural e institucionalizar as EMATER. No estado do Pará a EMATER foi fundada em 3 de dezembro de 1965 com o nome de Associação de crédito e Assistência Técnica (ACAR-Pará). Em 29 de dezembro por força de decreto, passou a ser a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará. A sua sede de fundação foi instalada na rodovia Augusto Montenegro, atual Palácio dos Despachos.

Nos anos 1970 o serviço de ATER continuou a se expandir acompanhando a fase desenvolvimentista do “milagre econômico”. Em síntese, durante todo o período da ditadura a EMATER serviu como um aparato do Estado para colocar em prática a política de modernização da agricultura através do uso dos “pacotes tecnológicos” pensada por seus governantes, a qual excluiu parcela significativa do rural brasileiro.

Na Amazônia este aparato institucional executou de forma excludente a política de crédito subsidiado planejada para a região. Foi o período dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, dos programas especiais apoiados pelo grande capital internacional (Banco Mundial e Banco interamericano).

Durante os anos 1980 ocorreu o esgotamento do “milagre” brasileiro, e do regime da exceção. Era necessário um novo direcionamento ao serviço de extensão no Brasil. Foi a época do “planejamento participativo” com transição para a democracia. Neste momento se deu ênfase à extensão rural como prática educativa e da metodologia de participação e organização dos produtores.

Entretanto, como a questão agrária não havia sido resolvida, os problemas causados pela penetração do capital no campo se acentuaram e

como consequência houve o agravamento dos conflitos pela posse de terra. De forma simultânea a extensão rural viveu a maior crise interna desde sua criação no Brasil.

No final dos anos 1980, já na gestão do presidente José Sarney, se iniciou a “operação desmonte”, cortando do orçamento as verbas para a extensão rural e extinguiu por decreto a EMBRATER. Um amplo movimento extensionista como apoio do movimento sindical rural, foi desencadeado em nível nacional. A campanha: “SOS Extensão Rural” conseguiu reverter este processo, entretanto não por muito tempo.

Durante o governo de Collor de Melo ocorreu a privatização e a extinção de várias empresas estatais. Deu-se assim, através da lei nº8.029, decreto nº99.226 de 27 de outubro de 1990, a extinção após 15 anos de sua criação a EMBRATER, empresa de administração pública federal, responsável pela coordenação do sistema no nível nacional das empresas de assistência técnica no nível de estados. Isto fez com que estas passassem para o ônus exclusivo dos governos estaduais.

A década de 1990 foi o ponto máximo da crise no sistema de extensão rural, culminando que em alguns estados as mesmas foram extintas, mudaram de nome e em outros sofreram um processo de abandono enorme, beirando a extinção, sendo que este último foi o caso da EMATER localizada no estado do Pará.

Ainda nesta década, sobre uma forte pressão dos atores sociais em prol da reforma agrária e na tentativa de preencher a lacuna deixada pela ATER estatal foi criado em 1997 durante o governo de FHC o projeto Lumiar. Este projeto visava implantar um serviço descentralizado de apoio às famílias dos agricultores assentados nos projetos de reforma agrária (CARVALHO FILHO, 1997; SCHMITZ, 2006). Mais uma vez se disponibilizava ao rural brasileiro os serviços de ATER, a diferença residia que agora eles seriam realizados por entidades privadas e com recursos específicos para áreas de assentamento.

Apesar de o INCRA não ter por objetivo executar programas de fomento e assistência técnica o Ministro Extraordinário de Políticas Fundiárias determinou que este formulasse e implementasse este programa emergencial de extensão rural (CARDOSO; FERREIRA, 2001). Em síntese coube ao INCRA a contratação das entidades privadas, a gestão dos recursos e a supervisão dos trabalhos, em parceria com Universidade Federal do Pará, realizados por estas entidades nas áreas de reforma agrária.

Segundo Cardoso e Ferreira (2001) ao trazer isto para o estado do Pará é importante salientar a inadequação das propostas às peculiaridades

regionais. Mas uma vez ficaram claros os equívocos cometidos pelo poder central ao propor políticas públicas padronizadas para um país de dimensões continentais como o Brasil.

Contudo, segundo Schimitz (2006) este projeto foi a maior intervenção do Governo Federal neste setor após a extinção da EMBRATER. Além de ter sido a primeira vez que o Governo disponibilizou recursos de forma específica para a realização de serviços de ATER para as áreas de assentamento, já que antes era a EMATER que tinha a responsabilidade de prestar este serviço, mas não recebia recursos específicos para tal.

Em síntese, além de realizar ATER nas áreas consideradas de agricultura tradicional, também atuavam em assentamentos reconhecidos pelo INCRA. A sobreposição de serviços, aliada à escassez de recursos humanos e financeiros vivenciados durante a década de 1990, por conta da política implementada por FHC, comprometeu de forma decisiva os serviços de ATER disponibilizados ao rural amazônico.

Para Schimitz (2006), o projeto Lumiar foi bem sucedido em sua fase de implementação, porém sofreu uma forte resistência por aqueles que defendiam uma extensão rural estatal. Somado a extinção do PROCERA em 1999, este fato influenciou para que o projeto também fosse extinto em 2000, após várias denúncias de fraude e desvio de verbas.

Foi neste cenário de descrédito vivido pela ATER que em 2003, já no mandato de Lula, o Governo Federal decidiu retomá-la como um instrumento importante para a política de fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável incorporada por aquela gestão. Isto pode ser confirmado pelo documento disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA sobre o novo modelo da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o qual foi enfático em afirmar que:

...o país vive um cenário bastante favorável para a implementação de uma política de Ater que atenda aos anseios da sociedade e, em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais (PNATER, 2004).

Para alcançar os objetivos para a qual a PNATER foi gerada o Governo Federal realizou e está realizando várias ações. Entre elas,

entende-se que é importante ressaltar a garantia de um serviço público e gratuito de ATER, pelo menos na teoria, com diferentes prestadoras deste serviço (órgão oficial do Estado e não oficiais/terceirização).

Nessa ótica, dois programas foram implementados pelo MDA: uma assistência seria promovida pelo INCRA para Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), tendo como público beneficiário os assentados da reforma agrária. Esta se dá através da contratação de convênios/termo de parceria com entidades privadas, sem fins lucrativos, atuantes no âmbito da reforma agrária, tendo o INCRA como principal provedor de recursos e supervisor das atividades, observada a IN/STN nº 01/97 e demais normas pertinentes.

A outra seria de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Secretaria de Agricultura Familiar para os demais agricultores familiares. No estado do Pará esta última ficou sobre a gestão do órgão oficial do Estado responsável por realizar estes tipos de serviços.

A EMATER-PARÁ, através de celebração de convênios com o INCRA, tem atuado em alguns assentamentos rurais no estado. Para isto o INCRA faz o repasse de recursos financeiros para que as atividades de ATER sejam celebradas dentro destas áreas. Devido esta empresa durante a década de 1990 ter atravessado uma forte crise a PNATER exigiu o seu reaparelhamento, aonde através de convênios o Governo Federal vem repassando recursos financeiros para a reestruturação dos serviços. Para isto o Governo Federal repassou ao MDA a responsabilidade de reestruturar a ATER. Desta forma, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) passou a ser responsabilidade da Secretária da Agricultura Familiar (SAF).

Entretanto, não se pode negar que além do cenário político propício, é de fundamental importância que os técnicos da ATER mudem suas práticas junto ao seu público beneficiário. Esta mudança, porém deve ser entendida como processo gradativo, já que estes possuem características muito fortes da Revolução Verde no desempenho de suas ações no campo. Na verdade, há necessidade de uma nova postura do técnico de ATER, e esta deve seguir o enfoque agroecológico, o qual é apontado na PNATER como uma das diretrizes que devem nortear as ações da assistência técnica neste novo modelo de desenvolvimento.

Contudo, a experiência das autoras⁷⁰ na área de ATER permite reconhecer que este serviço vive um momento de transição, onde os arranjos institucionais estabelecidos desde a época da ditadura militar resistem em abandonar uma assistência técnica com fundamentos tecnicistas e homogeneizantes em favor de uma assistência técnica mais participativa e menos impactante ao meio ambiente.

Freire (1983) enfatiza que o trabalho do Extensionista tem que superar a tentativa de substituir uma forma de conhecimento por outra, no qual o conhecimento sobre o mundo é tido como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos, e segundo o autor este modo estático, verbalizado, de entender o conhecimento, desconhece a confrontação com o mundo como fonte verdadeira do conhecimento, nas suas fases e seus níveis diferentes, não só entre os homens, mas também entre os seres vivos em geral.

4 O Engenheiro Agrônomo e a Extensão Rural

Em seu livro, “Extensão ou Comunicação?”, Paulo Freire começa a crítica sobre o termo Extensão, que pode assumir vários significados como transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural e manipulação, termos que envolvem ações que transformam o homem em quase coisa. Assim, há de revisitar esta análise que o autor realiza sobre o papel do agrônomo no *que fazer* extensionista.

Em sua análise verifica que o problema da comunicação entre os técnicos e os camponeses, se dá por que aquele não respeitar as manifestações histórico-sociais e culturais destes, além de negar à ação e a reflexão verdadeira aqueles que são objetos de sua ação extensionista.

...se deduz que o agrônomo-educador não pode efetuar a mudança das atitudes dos camponeses em relação a qualquer aspecto sem conhecer sua visão de mundo e sem confrontá-la em sua totalidade... (FREIRE, 1983, p.13).

⁷⁰ As autoras deste trabalho são extensionistas rurais I da EMATER-PARÁ, desenvolvendo suas atividades profissionais lotadas no Escritório Central. Neste local realizam atividades de supervisão, monitoramento e acompanhamento de chamadas públicas em atendimentos a assentamentos do INCRA.

O agrônomo deve realizar um trabalho de educador, com ênfase em uma educação compreendida em sua perspectiva verdadeira, a de humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo. Deve comunicar, e não informar, uma realidade abstrata ao camponês, e na comunicação deve chegar ao homem, não ao ser abstrato, mas ao ser concreto inserido em uma realidade histórica.

Superar o sentido de superioridade, de dominação com que o técnico enfrenta o camponês inserido em uma estrutura agrária tradicional, onde o agrônomo substitui sua educação pela propaganda, alheia ao camponês que torna-se um depósito que recebe “mecanicamente aquilo que o homem “superior” (o técnico) acha que o camponês deve aceitar para ser “moderno”, da mesma forma que o homem “superior” é moderno” (FREIRE, 1983, p.12).

O ato de conhecer deve ser despertado a partir de uma relação afetiva entre técnico e camponês, os quais se reconhecem educadores-educandos mediatizados pelo mundo, e que se colocam em uma postura curiosa frente a este mundo em um processo de aprendizagem, aplicando o aprendido-aprendido a situações existenciais concretas, num processo constante de parceria técnico-camponês.

Ao Agrônomo educador, não cabe a entrega (extensão) de suas técnicas, prescrição, persuasão, considerando os camponeses como um papel em branco para sua propaganda. “Como educador, se recusa a “domesticação” dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão” (FREIRE, 1983, p.24).

5 Educação e a Extensão Rural

No trabalho da extensão rural quando se observa a relação formação x atuação profissional algumas perguntas que surgem são: Como desenvolver um trabalho qualificado na extensão rural, a partir de uma formação deficitária nesta área, por ser tecnicista e voltada para atendimento do mercado capitalista? Transcender de um ensinamento bancário, tecnicista (ensinado na sala de aula) para um ensinamento humanístico, solidário, crítico, dialético e conscientizador em campo (necessário ao trabalho do extensionista), é possível?

A engenharia é uma ciência no uso de conhecimentos científicos (matemáticos-físicos-químicos), técnicos e empíricos para a criação, aperfeiçoamento e implementação de soluções para a sociedade. Que ao longo do tempo perdeu sua motivação humanística e voltou-se para o

interesse das empresas, para o poder financeiro, para a expansão tecnológica, gerando uma série de especialidades, competências gerais exigidas pelo mercado e que propiciaram um grande impulso na profissão (RUFINO et al, 2010).

Nesse sentido, as universidades seguindo um modelo fragmentado, desconectado da realidade e do contexto cultura, ao moldes do que preconiza o cartesianismo, utilizam-se de um método de ensino centrado no professor que deposita conhecimentos ao invés de utilizar uma metodologia sistêmica e interdisciplinar de aprendizagem que contemple o homem em sua plenitude, ou seja, como parte de um ecossistema e que consiga integrar os vários conhecimentos necessários para a atuação profissional.

A forma tradicional de ensino na qual se tem aulas expositivas ministradas a um aluno passivo no processo de aprendizagem é defasado e ineficaz diante dos desafios atuais de quaisquer profissionais. Soma-se a esta questão o fato de entender que o papel do engenheiro na sociedade não passa apenas por reproduzir técnicas voltadas para o engrandecimento ainda mais das grandes corporações produtivas (RUFINO et al, 2010, p.231).

Aqui o ponto de partida para a construção de uma nova formação profissional, pautada nos princípios defendidos pela agroecologia, é que os centros de ensinos (faculdades, institutos e universidades) possam aproveitar a experiência das empresas de assistência técnica e extensão rural oficiais, em seus erros e acertos, acumuladas aos longos dos anos, para que possam construir um cenário acadêmico mais promissor a realidade dos menos capitalizados.

Esse cenário deve ser fruto de um esforço de reflexão conjunto, centros de ensino e órgãos de assistência técnica e extensão rural, assim como demais órgãos de pesquisas que atuam na área, na perspectiva de contribuir na busca de alternativas para as formações curriculares tradicionais dos técnicos. Esse exercício deverá se pautar, *à priori*, na busca de responder as perguntas aqui levantadas, contribuindo assim com as instituições de ensino e a forma pela qual o conhecimento possa ser trabalhado e aplicado na prática da extensão rural, considerando a lógica de reprodução de seus beneficiários.

6 E o INCRA nesse contexto?

Inicialmente há de se fazer a ponderação de que os mesmos moldes de formação acadêmica que os técnicos da extensão rural tiveram os do INCRA também comungaram, e que possivelmente poderíamos estar em uma “terra de cegos, guiando cegos”. Uma vez que, a EMATER- PARÁ, a partir do que preconiza a PNATER, realiza um trabalho de educação não formal. Assim, pelo menos do ponto de vista teórico, faz parte do seu *que fazer* trabalhar de forma participativa e dialética.

Já os servidores do INCRA, como propositores de políticas de reforma agrária, e tutores destas áreas e dos assentados que nelas estão, possuem dificuldade em comungar do que preconiza as “novas” propostas de intervenção do Governo brasileiro. Sobre o processo de gestão das chamadas públicas, a experiência desta interlocução permite afirmar que por vezes os técnicos tem dificuldade de adotar uma postura dialética, participativa, mas principalmente, crítica de suas próprias intervenções.

Até onde se possa apreender a maioria dos técnicos do INCRA acaba partindo da premissa administrativa e econômica do cliente-prestador de serviço. Esta premissa atua de forma a impor as prestadoras de serviços de ATER ações que limitam e, em algumas vezes, fadam o serviço de assistência técnica ao fracasso e/ou a não realização a contento.

Para que INCRA possa contratar uma empresa para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural ele necessita realizar uma concorrência pública, onde por meio do lançamento de um edital as prestadoras dos serviços de ATER poderão concorrer ao certame. Em suma, é lançado um instrumento administrativo com as principais diretrizes a serem observadas pelas prestadoras que se interessem em concorrer ao certame. A partir disso, há de se considerar que todo edital deve ser construído de forma clara, precisa e sem interpretações dúbias e que o órgão responsável por seu lançamento deve ser capaz de esclarecer qualquer dúvida ou interpretação dúbia presente nesse instrumento. As informações anteriores podem ser confirmadas no site do governo do distrito federal, que presta informações sobre processos licitatórios, conforme assertiva disponibilizada abaixo:

Não pode conter cláusulas ou condições que comprometam a competição... que pode se impugnado ou nulo se for genérico, impreciso ou

omisso em pontos essenciais, ou se tiver exigências excessivas ou impertinentes ao seu objeto...

(<http://www.cultura.df.gov.br/noticias/item/1960-e-o-que-%C3%A9-o-edital?.html>. Acesso 28/072014).

A partir da necessidade de socializar as informações disponibilizadas no edital INCRA SR01 n°01/2013 a EMATER-PARÁ e seguir as orientações feitas pelo assegurador da Chamada Pública a empresa resolveu realizar reuniões de nivelamento que dessem vazão as possíveis dúvidas e orientações no sentido de garantir o cumprimento do que estava contido em edital e orientado pelos servidores do INCRA. Em síntese, se fez necessário que a EMATER-PARÁ adotasse como prática antes de iniciar atividades de chamada pública, promover encontros periódicos “de nivelamento”, tendo por base os editais liberados pela contratante das chamadas públicas.

Para a referida chamada pública até o momento ocorreram duas reuniões de apresentação da chamada aos chefes locais e técnicos participantes da chamada. A primeira reunião ocorreu entre os técnicos da ATER ligados a chamada e o fiscal do INCRA com o objetivo de dirimir as dúvidas acerca do edital e a segunda outra reunião para tirar dúvidas e propor sugestões de adequação do instrumento de coleta de dados fornecidos às prestadoras pelo INCRA. Como demanda dos técnicos da ATER, também, foram realizados dois treinamentos sobre metodologias participativas e outro sobre confecção de cadastro ambiental rural (CAR),

Durante esses eventos foi possível observar pelas autoras que no decorrer dos encontros promovidos, o clima sempre esteve envolto de um ar polêmico e, por vezes, desgastante no que se refere as relações profissionais estabelecidas ao longo de duração do contrato. Nesses espaços se discutia de forma exaustiva questões como período de aplicação dos questionários a fim de realizar os diagnósticos estabelecidos em edital (meta 2 do referido edital), onde os técnicos (as) a partir de suas colocações expressavam, mesmo de forma inconsciente, o descompasso entre a teoria e a ação do INCRA nas suas proposições. Ao mesmo tempo promoviam um despertar consciente, observado pelas colocações e frases postas.

Nesses momentos de diálogos foi possível coletar, analisar e refletir sobre algumas colocações verbais da equipe técnica, as quais algumas dessas serão abaixo disponibilizadas:

6.1 Situação 1 – Reunião de apresentação da chamada pública, lote 04, Belém, aos supervisores, coordenadores e alguns chefes locais.

A questão que motivou a discussão abaixo disponibilizada foi feita pelo técnico da ATER que se pronunciou fazendo a seguinte pergunta:

Se o INCRA considera o núcleo operacional como o lugar de mais fácil acesso para o assentado se deslocar como coloca um núcleo operacional a 100 km de distancia do assentamento? Que fácil acesso seria esse? (Patrícia, Informação verbal)

Esta reunião teve por objetivo prestar informações iniciais sobre o início do contrato. Após a apresentação dos pontos principais contidos no edital pela gerente da chamada pública do órgão estadual foi aberta a discussão para que os demais participantes pudessem contribuir com sua experiência e percepção sobre o que foi apresentado e as especificidades do município em que será realizado as atividades de ATER.

A partir daí um dos técnicos se pronunciou enfatizando a necessidade de divisão do núcleo operacional em dois e não um como estava disposto no edital. Após a fala do técnico da EMATER o representante do INCRA aceitou a divisão, ficando a mobilidade do núcleo operacional de Belém para Marituba. Mesmo com esta modificação os núcleos ainda ficariam longe para que os assentados pudessem deslocar-se até o núcleo para atendimentos. Sendo assim foi sugerido a criação de mais um núcleo operacional em Castanhal para atender o assentamento João Batista II, a 11 Km de Castanhal. A nova divisão ficou assim distribuída: Um núcleo operacional em Santa Barbara que atenderia o Abril vermelho (12 Km de Santa Barbara); Um núcleo operacional São Francisco do Pará (06 km do Luis Lopes Sobrinho) e o Núcleo operacional Belém para atender o assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro.

No edital 01/2013 na página 04 descreve o que entende por lote e núcleo operacional:

Entende-se por Lote, o conjunto de assentamentos dispostos em arranjo de maneira a facilitar a execução dos serviços, considerando a otimização de deslocamento,

proximidade entre assentamentos, número de famílias, entre outros. O nome do Lote geralmente coincide com o município no qual será exigida a instalação de uma base/núcleo operacional central, de onde será projetada toda a distribuição e o planejamento dos serviços a serem executados. Para cada lote é admitida uma concorrência (INCRA SR-01, 2013, p.04)

Ainda no mesmo edital:

Os Núcleos Operacionais foram constituídos em função das especificidades de cada região, como as características de clima e relevo, o número de famílias da região, o tamanho da equipe técnica, e considerando-se que a base física do Núcleo respeite a infraestrutura operacional mínima, bem como a distância máxima de 300 km aos projetos de reforma agrária (INCRA SR 01, 2013, p.6)

Sendo assim, é *mister* fazer uma discussão da qualidade do serviço prestado, uma vez que nesta realidade, teria o técnico que deslocar diariamente 200, 400, 600 Km para prestar essa assessoria e retornar ao seu núcleo operacional. No entanto, a essa colocação, a resposta do INCRA, alegando a impossibilidade de divisão da equipe multidisciplinar, foi a possibilidade que a empresa trabalhasse com bases de apoio “bases operacionais itinerantes” em cada município. No primeiro momento, a ideia resolveria a questão se não fosse o fato do INCRA não ter se manifestado no sentido de assumir os custos dessas bases itinerantes, que perpassam por custos para hospedagem e alimentação.

Sobre essa situação é verificada, a necessidade de previsão de recursos em edital, uma vez que, estão previstas atividades de até 16 horas nas metas coletivas, dessa forma, é necessário que os técnicos mantenham-se nos assentamentos até finalização das atividades ou metas, pela impossibilidade logística de ir e voltar vários dias dos assentamentos.

6.2 Situação 2 – Reunião no INCRA para discutir dúvidas levantadas pelos técnicos na Formação sobre metodologias participativas.

O segundo momento coletivo para discutir questões sobre as atividades de ATER a serem realizadas foi para entender como se dariam as atividades coletivas. Para tanto, é preciso retomar que em chamadas anteriores, o INCRA, contratou serviços de PDA ou PRA⁷¹ e ATER. Onde a prestadora deveria manter duas equipes diferentes que trabalhariam cada serviço de forma concomitante. Neste novo contrato (lote 04) algo novo ocorreu. Foi verificada a junção das metas de PDA/PRA às metas de ATER, e a tudo deu-se o nome de ATER.

Assim, ações de aplicação de questionário socioeconômico e croqui do lote e Autodiagnóstico, entre outras que eram pertencentes ao PDA/PRA e normatizadas pela Conama 387/2006, agora que segundo a ATES do INCRA “caiu”, não há nenhum documento que normatize essa coleta de dados.

A partir dessas alterações e da necessidade de entender o contexto novo que se apresentava foi solicitado a contratante um instrumento normativo que desse conta de responder as questões que surgiram durante a discussão da temática. Como exemplo das questões levantadas se cita: Na finalização da meta aplicação de questionário deve-se trabalhar um banco de dados com saídas sociais, econômicas, ambientais, etc., e nem mesmo no edital há indicação de que informações são estas e no instrumento não ocorre uma divisão sistemática e metodologicamente organizada de perguntas por temáticas.

⁷¹ A resolução Conama nos seu artigo 2º define: Plano de Desenvolvimento do Assentamento-PDA: plano que reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à e formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações, e que deverá conter, no mínimo, o estabelecido no Anexo III dessa Resolução; e Plano de Recuperação do Assentamento-PRA: conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição a este, destinadas a garantir ao Projeto de Assentamento de Reforma Agrária o nível desejado de desenvolvimento sustentável, a curto e médio prazo, devendo conter, no mínimo, o estabelecido no Anexo V desta Resolução.

Sobre essa, situação o INCRA respondeu que cada prestadora de serviço deve organizar o questionário de acordo com sua realidade, No entanto, numa análise mais minuciosa o que se observa é a transferência de responsabilidades das contratadas para as contratantes, uma vez que o que pode ser visto por muitos como “liberdade para trabalhar”, autonomia, pode se transformar em comparação com os instrumentos gerados pelas diferentes prestadoras. O resultado dessa diversidade de produtos gerados pode ser o não pagamento das metas concluídas.

6.3 Situação 3 – Após a mesma reunião citada acima, as pesquisadoras puderam presenciar uma conversa entre os técnicos da ATER, a qual é transcrita abaixo:

Esses projetos de Reforma agrária já tende ao fracasso, pois o INCRA não se interessa pela vida pregressa dos assentados, o que eles faziam antes de serem assentados e assim dar um tratamento diferenciado dos assentados que não tem nenhuma experiência na área de produção e para os assentados que já vem da agricultura. Ao contrário, ela padroniza as atividades como se todos fossem agricultores (Antônio, Informação verbal).

A análise do edital lançado pelo INCRA informa que as prestadoras devem trabalhar com o perfil do público beneficiário. Todavia, quando se vai instrumento de coleta disponibilizado pelo INCRA⁷² se pode constatar que não tem nenhuma pergunta que se preocupe com a vida pregressa do assentado, conforme o comentário do técnico acima disponibilizado uma das reuniões:

6.4 Situação 4 – Reunião sobre metodologias participativas

O INCRA exige que a prestadora apresente uma equipe multidisciplinar, a partir de uma relação de 1 (um) técnico para no máximo

⁷² Na realidade o questionário que o INCRA utiliza para suas chamadas faz parte de um banco de dados do MDS (ministério do desenvolvimento social), por isso não é raro deparar-se com problemas metodológicos de apresentação neste instrumento, assim como erros e enunciados de questões não muito claros.

100 famílias, com as peculiaridades da tabela abaixo. Até o momento não se sabe as premissas dessa divisão.

Quadro 1. Síntese da qualificação técnica.

| Variável | Referência |
|---|----------------|
| Numero de famílias atendidas por técnico (relação máxima) | 1:100 famílias |
| Proporção técnicos de nível superior | 1/3 |
| Proporção de profissionais com experiência comprovada de mais de 02 (dois) anos em trabalhos técnicos com agricultura familiar, preferencialmente em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. | 1/3 |
| Profissional das ciências agrárias | 1:125 |
| Profissional das Ciências Humanas, Ciências sociais aplicadas. | 1:250 |

FONTE: INCRA, 2013

O INCRA apresenta esta tabela como uma forma dinâmica de montar as equipes, entretanto no mesmo edital e imediatamente abaixo desta tabela, fixa o quantitativo de técnico de nível superior e de nível médio que a prestadora deve apresentar, impedindo desta forma que a prestadora tenha liberdade para compor sua equipe de trabalho com técnicos somente graduados ou somente nível médio, ou seja, adaptando essa composição técnica a sua realidade, tendo que por vezes contratar para compor equipe.

O fiscal do INCRA age como um “exercito de um home só”, reclamam uma equipe multidisciplinar para realizar os trabalhos, mas na hora de avaliar os trabalhos das prestadoras um homem só está capacitado” (Antônio, Informação verbal).

7 Conclusões

Se ponha a extensão rural não só como uma disciplina, mas como parte integrante e fundamental do curso. A qual seria modular, e em cada bloco de disciplinas realizar-se-ia um estágio de extensão em uma

comunidade, ou organização social rural. Ou a exemplo do que ocorre com os médicos deve ocorrer uma espécie de residência em extensão rural.

É mister que a universidade e os Institutos Federais assumam uma “*meia culpa*”, na qualidade dos extensionistas que estão saindo pro mercado de trabalho, visto que muitos não sabem o que é extensão rural, apesar de terem em sua grade curricular uma disciplina com essa especificação.

8 Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas, SP: Universidade estadual de Campinas; Rio de Janeiro, RJ: Associação Nacional de Pós Graduação; São Paulo, SP: HUCITEC. 1992. 175 p.

BETANHO, C.; EID, F. **Desafios do Processo de Realização da Mercadoria em Assentamentos de Reforma Agrária de Pernambuco e do Rio Grande do Sul**. *Revista da ABET*, Curitiba, v. 7, n. 2, p.118-137. Jul/Dez. 2008.

CAPORAL, F. **A Extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 134f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CARDOSO, A.; FERREIRA, S. F. M. Uma nova experiência de assistência técnica nos assentamentos da reforma agrária no nordeste paraense, através do projeto Lumiar. In: SIMÕES, A. V.; SILVA, L. M. S.; MARTINS, P. F. da S.; CASTELLANET, C. (org.). **Agricultura Familiar: Métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento**. Belém: UFPA/GRET/NEAF, 2001. p.320-358.

CARVALHO FILHO, J. J.de. **Política Fundiária: oportunidades perdidas, revolução cultural e Lampedusa**. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v.11, n.2, p.26-34, abr/jun.1997.

COSTA, A. L. **Extensão rural e meio ambiente**. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v.7, out a dez. 2001.

ENFORSUP. **Livro de Resumos do I Encontro Norte, Nordeste e Centro – Oeste sobre a Formação Docente para a Educação Superior**.

Fortaleza: Fundação Edson de Queiroz: Universidade de Fortaleza, 2008. 169 p. (Série Temas pedagógicos, 23).

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. (Coleção O MUNDO, HOJE, vol. 24).

OLIVEIRA, R. D. de.; OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 17-33.

RUFINO, S.; CURI FILHO, W. R.; SANTOS, F. C. dos.; GOMES, P. V.; ARAUJO, F. S. **Transcendendo os conhecimentos tradicionais na formação de engenheiros:** as experiências e estratégias na UFOP. *Anais do X ENEDS*, Rio de Janeiro, 2013, Vol. 1, 225.

SCHMITZ, H. Extensão rural no Brasil: educação ou aconselhamento? In MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. de A. (org.). **Desafios da Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: UFPA/NAEA, p.51-74. 2006.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.